

ANÁLISE

O "soft power" de Timor-Leste no Sudeste Asiático

X

Xavier do Amaral ficou na história como "o proclamador". Foi este homem que, a 28 de novembro de 1975, leu a declaração unilateral da independência de Timor-Leste, junto ao Palácio do Governador. A bandeira de Portugal foi arriada e, em sua substituição, foi hasteada a da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin). Todos sabiam, no entanto, que a liberdade era frágil. A qualquer instante a vizinha Indonésia podia avançar e tomar conta do território. Por isso, não havia tempo a perder.

"Nem bebemos uma cerveja, nem uma rápida comemoração, nada. Fomos logo cada um para seu lado, prepararmo-nos para viajar a costa", recordou o político timorense em declarações ao Diário de Notícias há 20 anos. José Ramos-Horta, nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, partiu de imediato e entregou a declaração na ONU. Tornar-se-ia uma figura fundamental, mais tarde, na causa timorense, ao mover-se nos corredores do poder em Washington e na Europa, alertando para o que se passava em Timor Leste.

Xavier do Amaral foi Presidente de Timor-Leste durante nove dias. As forças indonésias agiram rápido e tomaram conta do território de forma violenta a 7 de dezembro, deixando um rasto de sangue. Os dirigentes da Fretilin fugiram para as montanhas e foi de lá que resistiram durante mais de duas décadas ao invasor.

Em Portugal, ninguém estava a prestar atenção ao que se passava em Timor-Leste, recorda a diplomata Ana Gomes, que foi chefe de missão e embaixadora em Jacarta entre 1999 e 2003, tendo acompanhado o processo de independência de Timor-Leste e de restabelecimento das relações diplomáticas luso-indonésias. "Timor não era uma prioridade, não só por ser muito longe, mas, sobretudo, porque lá não havia guerra e porque a presença portuguesa era escassa", refere.

O país estava num turbilhão por causa do PREC e da descolonização em África, que fez entrar em Portugal mais de meio milhão de retornados. O executivo português já tinha problemas de sobra para resolver.

"O 25 de Abril contagiou imediatamente a juventude em Timor-Leste. E a Fretilin era próxima das ideias marxistas-leninistas". Tudo isto aconteceu no contexto do final da guerra do Vietname.

No território, havia várias facções – umas pró-Portugal, outras pró-Indonésia –, que "foram fomentadas também a partir da vizinhança – quer da Indonésia, quer da Austrália". Ambas temiam que Timor-Leste se tornasse um reduto comunista no sudeste asiático e tinham interesses económicos naquele território. Por isso, os indonésios, "acharam que aquela era a oportunidade de resolverem o problema, com a anexação de Timor."

Mas não atuaram sozinhos, sublinha. "Foram instigados pela administração americana (do Presidente Gerald Ford e secretário de Estado Henry Kissinger) e pelos australianos também. Na Austrália, tanto havia setores do governo interessados na invasão pela Indonésia, como setores da população solidários com os timorenses. Alguns dos que morreram na invasão eram jornalistas austra-



ID: 120345162

28-11-2025 | WEEKEND

Há 50 anos, Timor-Leste declarou unilateralmente a independência. Mas a libertação do colonialismo durou pouco. Uma semana depois, a vizinha Indonésia invadiu o território e dominou o povo timorense durante mais de vinte anos. Desde 2002, quando finalmente se tornou independente, o país tem caminhado pelo seu próprio pé, com alguma ajuda externa. Para isso muito têm contribuído as suas riquezas naturais, como o petróleo e o gás. Agora, a jovem democracia deu outro passo decisivo ao aderir à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), um mercado que mobiliza quase quatro biliões de dólares. A entrada neste bloco dará certamente um novo impulso à economia timorense, mas também pode contribuir para uma mudança na própria organização.



Timor-Leste tornou-se no 11.º membro da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em outubro passado. A adesão ao bloco económico foi formalizada na 47.ª cimeira da ASEAN em Kuala Lumpur, na Malásia, onde estiveram presentes o presidente do Conselho Europeu, António Costa, e o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Vincent Thian/AP

ID: 120345162

28-11-2025 | WEEKEND

lianos que estavam a cobrir o que se passava”, recorda a diplomata.

Timor era apetecível por ser “um país cheio de hidrocarbonetos” e os australianos “controlavam a Indonésia”. Mas o argumento para a invasão foi o facto de “haver disputas internas entre as várias fações que poderiam levar a que os timorenses se matassem uns aos outros.”

O que aconteceu foi que “a declaração unilateral da independência visava travar o passo à invasão, mas acabou por acelerar o processo”, conclui.

Depois, foram 24 anos de domínio indonésio naquele território. A verdadeira independência só chegaria em 20 de maio de 2002. Abriu-se uma janela de oportunidade com a queda do Presidente indonésio Suharto, em 1998. “Conseguimos, finalmente, negociar uma solução, no quadro das resoluções do direito à autodeterminação das Nações Unidas. Foi nesse contexto que se fez o referendo e a população timorense pronunciou-se maioritariamente pela independência.”

XANANA NÃO QUER A “MALDIÇÃO DOS RECURSOS”

Desde que caminha pelo seu próprio pé, Timor-Leste percebeu que tinha de construir uma nova relação com os seus dois grandes vizinhos, que também são as suas grandes potenciais ameaças – a Austrália e a Indonésia. Nesse sentido, adotou uma “política externa extremamente inteligente, ao tecer laços económicos, culturais e outros, com a Indonésia, olhando para a frente e não para trás”.

Ao mesmo tempo, “construiu também uma boa relação com a Austrália, que é onde tem a negociação mais complicada, sobre a partilha dos recursos do petróleo, que é a base da sustentação do orçamento timorense.” No centro dessas negociações está uma grande reserva de gás natural – o campo Greater Sunrise, localizado a 150 quilómetros de Timor-Leste e a 450 quilómetros de Darwin.

O governo timorense considera que o projeto de exploração desses recursos é essencial para o desenvolvimento deste país com 1,4 milhões de habitantes, porque vai proporcionar novas oportunidades para os jovens timorenses adquirirem competências e participarem em indústrias emergentes.

Esta semana, o primeiro-ministro, Xanana Gusmão, disse no discurso de abertura do VFórum de Energia, Mineração e Negócios de Timor-Leste que o processamento em terra vai assegurar que o valor gerado pelo Greater Sunrise permane-

ce em Timor-Leste e “garantirá que evitemos a chamada ‘maldição dos recursos’”. O projeto, referia o governante, vai também reforçar a segurança energética de Timor-Leste e criar milhares de empregos.

Ana Gomes considera que os grandes desafios de Timor-Leste, atualmente, passam pela educação, pela qualificação, e pela diversificação da economia, que não pode ficar dependente do petróleo. A diplomata acaba de chegar do território, onde esteve um mês a gravar um documentário para a RTP, e refere que há novas atividades económicas a surgir, como a construção de móveis ou a exportação de arroz e de algas. Paralelamente, “construíram-se estradas e eletrificou-se o país inteiro, coisa que nunca tinha acontecido, nem sob o colonialismo português, nem sob o domínio da Indonésia.” Isso vai facilitar as trocas comerciais.

UM “CLUBE” QUE VALE QUATRO BILHÕES DE DÓLARES

É neste contexto que surge a adesão de Timor-Leste à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em outubro passado, formalizada na 47.ª Cimeira da organização, que se realizou em Kuala Lumpur. Tornou-se o 11.º membro de uma comunidade económica de nações com cerca de 680 milhões de pessoas e uma economia que movimenta perto de quatro biliões de dólares. Foi preciso esperar 14 anos para reunir o consenso de todos os membros e ganhar o cartão de “sócio” deste clube.

“Para o povo de Timor-Leste, isto não é apenas um sonho realizado, mas uma afirmação poderosa da nossa jornada, marcada pela resiliência, determinação e esperança”, afirmou o primeiro-ministro Xanana Gusmão na cerimónia.

Antes de entrar no bloco, o pequeno país teve de provar que era um Estado, diz Ana Gomes. E “demonstrou que tem boa governação e recursos próprios, não depende de doadores”. Mas claro que ainda tem um caminho a fazer. Se é verdade que a pobreza ainda atinge uma grande parte da população, é visível também uma evolução nestes últimos anos. “Quando se tornou independente, o país tinha um médico. Agora tem mais de 1.500. A evolução é extraordinária”, sublinha.

Xanana Gusmão lembrou que desde que Timor pediu para entrar na ASEAN, em 2011, fez o trabalho de casa. “Fizemos todas as reformas necessárias nas nossas instituições e fortalecemos a nossa prontidão, guiada pelo apoio da ASEAN e dos seus parceiros. Hoje, abraçamos uma nova era de cola-

A educação é um dos maiores desafios que o país enfrenta. De acordo com o Censo de 2022, mais de 65% da população tem menos de 30 anos. A qualificação destes jovens torna-se uma grande prioridade para adquirirem competências e participarem em indústrias emergentes.



O investimento nas infraestruturas do país é uma das maiores necessidades para permitir o desenvolvimento económico e as trocas comerciais. Timor-Leste tem uma economia muito baseada nos recursos naturais e precisa de diversificar os seus setores de atividade.

Os campos de arroz nas montanhas estão já a contribuir para a diversificação das exportações. Timor-Leste está também a apostar no mar para criar novos setores de atividade, como o comércio de algas que são utilizadas para alimentação e para a produção de cosméticos.



ID: 120345162

28-11-2025 | WEEKEND

Timor-Leste tem um “know-how” acumulado em matéria de diplomacia e processos de paz. Será por isso uma voz a ouvir em matérias como o reforço do direito internacional na região.



Valentino Dariell de Sousa/AFP



David Kirkland/Getty Images

boração com uma das regiões mais dinâmicas do mundo, com muito respeito, cooperação e unidade”, disse o governante.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento real do PIB timorense este ano de 3,9% e de 3,3% em 2026. O país tem acesso a um fundo petrolífero de 18,74 mil milhões de dólares, através do investimento dos “royalties” provenientes de reservas de petróleo no Mar de Timor, explorados em conjunto com a Austrália. Mas o salário mínimo não chega a 100 euros e apresenta lacunas na administração pública, no sistema educativo e nas infraestruturas.

Se é verdade que se trata ainda de uma economia frágil, há um “know-how” que o país acumulou em matéria de diplomacia e processos de paz. Assim, do ponto de vista político, a integração da nação mais jovem do Sudeste Asiático na ASEAN é um caso interessante. “Se há um país que é exatamente o produto do direito internacional, é Timor-Leste.” Por isso, é um defensor do Tribunal Penal Internacional e dos direitos humanos. E, no contexto da ASEAN, “não há muitos países assim”, refere Ana Gomes. Será por isso uma voz a ouvir em matérias como o reforço do direito internacional na região. “Isso, geoestrategicamente, é muito importante”.

Isso mesmo foi destacado pela revista Foreign Policy. Um artigo assinado por Derek Grossman, professor de ciência política e relações internacionais da Universidade do Sul da Califórnia, afirma que a “democracia mais livre do Sudeste Asiático” pode alterar o equilíbrio de poder na organização. Tratando-se de “um defensor ferrenho do direito internacional” e, enquanto novo membro, “poderá alterar, ainda que marginalmente, a orientação do bloco, afastando-o de uma China autoritária que procura rever a ordem regional”. Se assim for, isso também poderá dar novas vantagens estratégicas a Washington naquela região.

O académico refere que “Dili se alinha bem com outras nações que procuram manter o Indo-Pacífico “livre e aberto” no contexto das táticas cada vez mais coercitivas de Pequim, especialmente no Mar da China Meridional.” E lembra que o Presidente timorense, José Ramos Horta, um Nobel da Paz, afirmou em maio, numa conferência sobre direito internacional e segurança marítima, que para seu país “o direito internacional não é apenas um conceito abstrato, é a base sobre a qual construímos nossa independência”.

Mas será que um país tão pequeno pode, de alguma forma, conter a China na região? Luís Mah, professor auxiliar em Estudos de Desenvolvimento no Departamento de Economia Política do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, duvida que isso possa acontecer. “Basta olhar para o mapa para ver que a China é um colosso naquela região”. Existem fronteiras e laços

muito antigos daqueles países com Pequim. Desde logo, “as relações comerciais e de investimento são muito fortes e não me parece que as dinâmicas nesse bloco regional sejam alteradas com a entrada de Timor-Leste”.

De facto, dificilmente o país assumirá posições muito fortes de oposição à China, porque se trata do seu principal parceiro comercial, com quem tem uma parceria estratégica desde 2023. O gigante asiático é um dos grandes compradores do petróleo e gás timorense.

A grande vantagem nesta adesão é sobretudo comercial, diz o académico especialista em questões asiáticas. Mais de 60% das importações de Timor-Leste provêm de países da ASEAN. Ao entrar no bloco, “o país vai beneficiar de uma redução de tarifas em todo o comércio que faz na zona”. Mas vai ter de se preparar, porque “poderão entrar no seu território produtos muito mais baratos, feitos noutros países”. E, ao nível do mercado de trabalho, também poderá haver circulação de pessoas. Em resumo, “Timor terá de transformar a sua economia.”

UM PONTO DE VIRAGEM EM TIMOR E NA ASEAN

Nuno Canas Mendes escreve no The Diplomat que a entrada de Timor-Leste na ASEAN é o maior desafio que o país enfrenta desde a restauração da sua independência em 2002. “O país passará agora a atuar num mercado muito mais competitivo, e o cumprimento dos compromissos assumidos exigirá um esforço que deverá ser acompanhado por um aprofundamento das políticas estruturais”, refere o presidente do Instituto do Oriente.

Mas a adesão de Timor-Leste levanta sobretudo “questões mais amplas sobre práticas e disfunções enraizadas na ASEAN, representando uma oportunidade para o debate sobre a organização”.

O professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) defende que, para a associação, “a necessidade de equilibrar critérios económicos com interesses políticos – ainda limitada pela regra incómoda do consenso do bloco – torna difícil aprofundar os seus objetivos ao lidar com o peso substancial da soberania, que continua a impedir o progresso coletivo”.

A crise em Myanmar e os interesses conflitantes no Mar da China Meridional “ressaltaram as dificuldades de encontrar soluções práticas mantendo um modelo de consenso rígido”. Começa a haver divisões nas posições dos membros da associação e “há vezes que pedem a votação por maioria qualificada em questões económicas e técnicas e uma integração diferenciada [a chamada fórmula ‘ASEAN-X’], deixando de fora áreas mais sensíveis, especialmente no domínio da segurança”.

No que diz respeito à economia, existe a preocupação do impacto que terá no bloco a entrada deste país, porque existe um “potencial aumento das disparidades dentro do grupo”, refere o académico. “Sendo o país mais pobre da região, com graves deficiências de infraestruturas, a necessidade de Timor-Leste de ajuda de países como a China, a Austrália, a Coreia do Sul e o Japão – e até mesmo da União Europeia – pode ser vista com alguma apreensão pelos seus parceiros.”

E existem fatores que agravam a situação, como “as reduções na ajuda dos EUA e a imposição por Washington de tarifas de 10% sobre as exportações timorenses”, que “aumentaram a sua vulnerabilidade económica e enfatizaram ainda mais a importância das relações com o Sudeste Asiático”.

Com este alargamento de horizontes, abrem-se agora novas oportunidades para uma população jovem timorense, que tem tido dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho. De facto, diz o professor, “a mobilidade interna dentro da ASEAN pode oferecer uma solução para o problema do desemprego juvenil, que em Timor-Leste se situa em cerca de 20%”. É essa nova geração que irá assumir os destinos do país que deve ser preparada para os desafios que se aproximam.

Nuno Canas Mendes não tem dúvidas de que a capacidade de liderança dos políticos timorenses vai ser posta à prova. Terão de mostrar serem capazes de impor mudanças para diversificar a economia, de forma a atrair mais investimento estrangeiro e de promover a agricultura de valor acrescentado e o turismo sustentável. Mas o resultado não será sentido de imediato, ressalva. ■